

# Rio mais ou menos 20?

## O Brasil frente aos desafios da transição para a Economia Verde

18 de abril de 2012

A realização da Conferência Rio+20, em junho deste ano, oferece oportunidade única para que se discuta com seriedade e profundidade a agenda de políticas e negociações na área climática e de transição para uma economia de baixo carbono.

Os padrões atuais de produção e consumo estão desafiando os limites naturais do planeta. Não se deve aceitar passivamente que este problema e suas implicações para as estratégias de desenvolvimento econômico e social sejam escamoteados da agenda de uma reunião cujo próprio nome e objeto é o desenvolvimento sustentável. As evidências dramáticas do processo de aquecimento global – expressas em eventos climáticos extremos – se multiplicam no Brasil e no mundo e os impactos, inclusive econômicos desta trajetória, já se fazem notar em diversos países e setores.

Frente aos desafios e urgência da agenda climática e ambiental, há um elevado risco de que a Rio+20 seja não apenas irrelevante, mas configure um retrocesso. Essa percepção começa a se generalizar e pode, inclusive, conduzir a um esvaziamento da conferência em termos de presença de Chefes de Estado e Governo, configurando embaraçoso contraste com a Rio 92, cujo aniversário se pretende comemorar.

Não se trata de ignorar que o ambiente global é hoje pouco propício às negociações e iniciativas de cooperação internacional. Ao contrário, é preciso reconhecer honestamente que a crise econômica serve de aparente justificativa a esforços unilaterais de crescimento, que não levam em consideração os limites naturais aos atuais padrões de consumo e produção.

Sem desconhecer ou minimizar as dificuldades, impõe-se que a conferência demonstre que a transição para uma economia de baixo carbono, longe de ser um obstáculo, constitui o único caminho realista para imprimir novo dinamismo ao crescimento em termos sustentáveis.

A evolução recente dos trabalhos preparatórios confirma infelizmente os riscos de que a dimensão da sustentabilidade do desenvolvimento seja diluída, na Conferência, em uma agenda excessivamente abrangente, que resulte na perda de foco dos esforços de coordenação internacional na área da mudança climática e do meio ambiente. A Rio+20 é uma oportunidade que não se repetirá tão cedo para conferir conteúdo concreto ao pilar climático e ambiental do desenvolvimento sustentável e essa dimensão não deve ser esvaziada no interior de uma agenda genérica, retórica e sem foco.

É fundamental o papel do Brasil – anfitrião da Conferência – nesse contexto internacional desfavorável. O Brasil é ator de primeira grandeza em tudo o que se refere à agenda climática e ambiental: os ativos do país na área agrícola, energética, hídrica e florestal fazem do país um participante incontornável de qualquer esforço internacional de enfrentamento dos desafios globais. Não podemos fugir à responsabilidade de contribuir como anfitriões à aproximação de posições e à construção de consensos em torno de metas ambiciosas, especialmente depois de assumirmos, em Copenhague (na COP 15) o compromisso de reduzir emissões no horizonte de 2020.

Nossa estratégia e nossas alianças na frente externa devem ser pautadas pelos objetivos de defender os interesses do país, mas devem também ser um vetor de afirmação do Brasil como protagonista internacional preocupado com os interesses globais e indivisíveis da humanidade, os chamados “global commons”. O melhor caminho para afirmar os interesses brasileiros e os valores de um futuro sustentável para todos os países passa, não pelo alinhamento automático com outras economias em desenvolvimento, mas pelo papel indispensável de facilitador de consensos, no qual ninguém poderá tomar o lugar do Brasil.

O protagonismo brasileiro deve se expressar não apenas na esfera internacional, mas também – e hoje mais do que nunca – na dimensão das políticas domésticas. Aqui, o Brasil avançou bastante ao aprovar a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009) e ao reduzir o desmatamento. Nesse campo, é fundamental que o novo Código Florestal - em tramitação no Congresso Nacional – permita consolidar os esforços recentes, evitando retrocessos legislativos e institucionais.

Se, na esfera doméstica, os esforços brasileiros de mitigação – concentrados na redução do desmatamento – são palpáveis, menos óbvias são as iniciativas do país no apoio à transição para uma economia de baixo carbono.

Na grande maioria dos países, as agendas de mitigação das emissões e de transição para uma economia de baixo carbono estão estreitamente relacionadas – uma vez que a origem das emissões se concentra, nestes países, no setor energético e/ou na indústria. No Brasil, ao contrário, parece haver uma desconexão entre as duas agendas. Enfrenta-se o desafio da mitigação – reduzindo o desmatamento – mas pouco se faz para avançar em direção a uma economia de baixo carbono.

Em termos de agenda de políticas domésticas, esse quadro resulta em baixo grau de interseção entre, de um lado, políticas industriais, comerciais e de inovação e, de outro, políticas climáticas. Estas diferentes políticas pouco se falam, o que se torna patente nas prioridades das políticas industriais e de transportes, que geram muitas vezes incentivos perversos do ponto de vista do aumento de emissões e da transição para um modelo produtivo de baixo carbono.

Como resposta à crise econômica de 2008, diversos países adotaram, em seus pacotes de estímulo, um conjunto de medidas especificamente voltadas para o aumento do conteúdo verde, o *greening* da economia ao longo do processo de recuperação. Os pacotes de estímulos anunciados pela China e Coreia do Sul foram seguramente os que continham o maior componente de políticas verdes, embora medidas de incentivo de conteúdo semelhante tenham sido adotadas também nos EUA e em diversos países europeus.

Exceto no caso dos favorecimentos a aparelhos da linha branca de maior economia de energia, o Brasil praticamente ignorou a dimensão climática em seus pacotes de estímulos adotados depois de 2008 e parece ter dificuldades para perceber que a agenda de desenvolvimento sustentável é portadora de extraordinárias oportunidades para um país como o nosso. As políticas econômicas (particularmente as políticas industriais, comerciais e tecnológicas) e sociais brasileiras devem ser coerentes com a transição para uma economia de baixo carbono e com o aproveitamento das oportunidades econômicas a elas associadas.

O atraso na implementação e na divulgação dos Planos Setoriais previstos na Política Nacional de Mudanças do Clima parece refletir as dificuldades para coordenar as políticas climáticas e as políticas industriais e de transportes.

Como a temática da sustentabilidade é “horizontal”, requerendo o envolvimento de diferentes tipos de políticas e atores, a elevação de sua hierarquia na agenda de políticas domésticas no Brasil poderia se expressar na definição de uma estrutura de coordenação, vinculada à Presidência da República, entre as diversas instâncias e órgãos governamentais intervenientes.

Em síntese, os signatários deste documento defendem que:

- a Conferência Rio+20 é uma oportunidade para manter viva a chama do desenvolvimento sustentável e para avançar nas negociações climáticas e não deve ser esvaziada no interior de uma agenda de desenvolvimento genérica e sem qualquer foco.
- o Brasil deve atuar nas negociações climáticas internacionais como protagonista, defendendo seus interesses específicos, mas também constituindo uma força de moderação e equilíbrio para promover temas e agendas relacionadas a objetivos globais.
- o Brasil deve se engajar claramente, através de um conjunto coordenado de políticas públicas, na agenda de transição para uma economia de baixo carbono, buscando desenvolver vantagens competitivas associadas a este processo e desencorajando iniciativas que vão na direção oposta a esta transição.
- a prioridade à transição para uma economia de baixo carbono deve se traduzir em medidas de políticas industriais, de transportes, energética, agropecuárias, comerciais e de inovação e em instrumentos de política que favoreçam investimentos sustentáveis.
- a fim de garantir prioridade à agenda de transição para uma economia de baixo carbono, deveria ser criada, vinculada à Presidência de República, estrutura de coordenação das políticas relacionadas com aquele objetivo, assegurando coerência entre diferentes ações setoriais, objetivos de curto e médio prazo, etc. Esta estrutura deveria configurar uma instância de primeira grandeza no ordenamento ministerial.

### **Assinam o documento:**

- Adilson de Oliveira – Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Clóvis Cavalcanti – Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e Presidente de Honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco)
- Edmar Bacha – Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças e ex-Presidente do BNDES
- Eduardo Viola – Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
- Elena Landau – Economista, Advogada e ex-Diretora do BNDES
- Fábio Feldmann – ex-Deputado Federal e ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- Gustavo Krause – ex-Governador de Pernambuco e ex-Ministro da Fazenda e do Meio Ambiente
- José Carlos de Carvalho – ex-Ministro do Meio Ambiente e ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais
- José Goldemberg – ex-Ministro da Educação e ex-Secretário de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia do Governo Federal
- José Sarney Filho – Deputado Federal (PV-MA), ex-ministro de Estado do Meio Ambiente, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Líder do Partido Verde, Presidente da Subcomissão Rio+20 da CMADS e Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional
- Luiz Augusto de Castro Neves, Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)
- Marcelo Takaoka – Presidente do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável e do Conselho da Sustainable Building and Climate Initiative, da UNEP
- Marina Silva – ex-Ministra do Meio Ambiente e candidata à Presidência da República em 2010
- Pedro da Motta Veiga – Sociólogo e Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento – CINDES
- Rodrigo Teixeira de França – Presidente do Instituto I.S - Desenvolvimento e Sustentabilidade Humana e Membro do Grupo de Ética e Sustentabilidade do CRASP.
- Rubens Ricupero – ex-Ministro da Fazenda e do Meio Ambiente e ex-Secretário Geral da UNCTAD
- Sandra Polónia Rios – Economista e Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
- Sergio Amaral – ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Sergio Fausto – Superintendente-Executivo do IFHC
- Stela Goldenstein – Geógrafa, ex-secretária de meio-ambiente do Estado de São Paulo e da Prefeitura de São Paulo
- Vera Thorstensen – Professora da Escola de Economia de São Paulo – EESP-FGV